

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS

DIREITO CIVIL

EXAME PARA CONTABILISTA CERTIFICADO – 26/06/2013

NOME:

Doc. Identificação:

I

Escolha a resposta correcta entre as opções apresentadas sinalizando-a de forma visível

1. Um contrato de compra e venda é:
 - a) Um facto jurídico;
 - b) Um acto jurídico;
 - c) Um negócio Jurídico unilateral;
 - d) Um negócio jurídico bilateral

2. Uma coisa imóvel é uma coisa que:
 - a) Se encontra ligada ao solo;
 - b) Não pode ser transportada pelas pessoas;
 - c) Se encontra sob o solo;

3. Os negócios jurídicos podem estar sujeitos à condição:
 - a) Suspensiva;
 - b) Resolutiva;
 - c) Suspensiva ou resolutiva

4. O prazo ordinário da prescrição é de:
 - a) 6 meses;
 - b) 2 anos;
 - c) 5 anos;
 - d) 20 anos;

5. Uma obrigação fungível é aquela em que:
 - a) A obrigação é cumprida em qualquer altura, dependendo da vontade do devedor;
 - b) O devedor pode entregar o que bem entender;
 - c) O objecto da prestação não pode ser alterado;

6. Se o Carlos for ao Shopping Calu e Ângela e disser que quer comprar uma garrafa de vinho ou um televisor, estamos perante uma obrigação:
 - a) Genérica;
 - b) Genérica e alternativa;
 - c) Alternativa

7. Os negócios Jurídicos nulos podem ser impugnados:
 - a) Dentro de um determinado prazo;
 - b) A todo o tempo;
 - c) Só depois de passado algum tempo;

8. São fontes das obrigações:
 - a) Os contratos;
 - b) As leis e a responsabilidade civil;
 - c) Os contratos, a lei, a gestão de negócio, o enriquecimento sem causa e a responsabilidade civil;

9. O contrato promessa e o pacto de preferência são sinónimos:

- a) Sim!;
 - b) Não, pois no contrato promessa existe uma obrigação de vir a celebrar um negócio qualquer e no pacto de preferência, promete-se a vir a dar preferência;
 - c) Não, porque no contrato promessa existe uma promessa de vir a ser celebrado um negócio previamente determinado, e no pacto o obrigado a preferência obriga-se a dar referência a alguém se no futuro decidir celebrar o negócio;
10. De entre as formas de extinção dos contratos, são formas de extinção unilaterais:
- a) A caducidade e a Resolução;
 - b) A revogação e a denúncia;
 - c) A resolução e a denúncia
 - d) A caducidade e a revogação
11. A responsabilidade civil obrigacional resulta:
- a) Da violação do contrato;
 - b) Da violação de uma norma que proteja o interesse dos particulares;
 - c) De qualquer uma das fontes das obrigações;
12. Nas obrigações solidárias cada um dos co-obrigados:
- a) É responsável apenas e só pela sua quota parte;
 - b) É responsável pelo pagamento da totalidade da prestação, liberando todos os demais;
 - c) É responsável pela realização da totalidade da prestação apenas se ele consentir;
13. A fiança é uma garantia:
- a) Geral das obrigações;
 - b) Especial das obrigações, que é pessoal e autónoma;
 - c) Especial das obrigações, que é real e subsidiária;
 - d) Especial das obrigações, que é pessoal acessória e subsidiária;
14. Várias são as formas de extinção das obrigações, sendo que a forma natural da sua extinção é :
- a) O cumprimento;
 - b) A compensação;
 - c) A dação em cumprimento;
 - d) A confusão
15. O direito de retenção é um direito real:
- a) De gozo;
 - b) De garantia;
 - c) De aquisição;
16. O contrato de mútuo é um contrato:
- a) Real quanto aos efeitos e obrigacional;
 - b) Obrigacional;
 - c) Real quanto à constituição;
17. O contrato de compra e venda de um imóvel :
- a) Pode ser celebrado por escritura pública;
 - b) Pode ser celebrado por documento particular;
 - c) Deve ser celebrado por escritura pública;
 - d) Não esta sujeito à forma, havendo aqui liberdade de forma;
18. A posse é um direito real:
- a) De gozo;
 - b) De garantia;
 - c) De aquisição;
19. A posse enquanto direito real poderá revestir as seguintes espécies:
- a) Ser titulada, de boa fé, pacífica e pública;
 - b) Ser não titulada; de má fé, violenta e oculta;

- c) Ser real, formal e material;
20. O direito de propriedade embora sendo o direito real maior, pode no entanto ser limitado:
- Pela acção directa;
 - Pela expropriação e pela requisição;
 - Pela ocupação;
21. A acção de reivindicação da propriedade é uma acção que deve ser intentada:
- Dentro de um determinado prazo;
 - Não esta sujeito a prazo e a nenhum condicionalismo;
 - A qualquer momento, porque não prescreve, podendo no entanto ser limitado pela usucapião;
22. O direito de propriedade pode ser adquirido:
- Apenas por contrato;
 - Apenas por sucessão, por ocupação e acessão;
 - Só pela usucapião;
 - Por contrato, sucessão por morte, usucapião, ocupação e pela acessão;
23. A cedência do gozo de uma casa faz-se através de um contrato de:
- Arrendamento;
 - Aluguer;
 - Locação;
24. O contrato de aluguer tem por objecto:
- Uma casa;
 - Um carro;
 - Um armazém;
25. O contrato de compra e venda de coisa alheia é:
- Nulo;
 - Válido;
 - Nulo, a menos que seja tido como venda de coisa futura;
26. O contrato de mútuo é um contrato formal, porque deve ser sempre celebrado por documento particular ou público:
- Sim;
 - Não;
 - Depende do valor da quantia mutuada;
27. Os créditos resultantes de uma relação jurídica, podem ser transmitidos por cessão de créditos:
- Sim, independentemente do consentimento do devedor;
 - Não, mesmo com o consentimento do devedor;
 - Sim, em caso de consentimento do devedor;
28. A legítima defesa é uma das causas da:
- Exclusão da culpa;
 - Da exclusão da ilicitude;
 - Da diminuição da culpa;
29. O menor de 10 anos:
- Tem uma incapacidade genérica de exercício;
 - Tem uma incapacidade de gozo;
 - Tem uma incapacidade de gozo e de exercício;
30. Uma pessoa de 16 anos pode contrair o casamento:
- Livremente, sem a autorização dos pais;
 - Apenas quando tiver completado a maioridade;

- c. Se tiver a autorização dos pais;

II

Analise as seguintes situações, e opine fundamentadamente em não mais de uma página para cada uma delas.

1. Carlos, celebrou com o Lucas um negócio jurídico por escrito, através do qual aquele se obrigava a vir alienar o seu carro a este pelo valor de 500.000\$00, no dia 1 de Julho do corrente. No mesmo dia o Lucas entregou ao Carlos a quantia de 200.000\$00. Imagine que o Carlos no dia 30 de Junho vendeu o seu carro ao Pedro.
2. Tiago, recém-chegado a Cabo Verde, casou-se com a Rita segundo o regime de Comunhão Geral de bens, decidiu construir uma casa. Para tal construiu a referida casa ao lado da casa do seu irmão mais velho Xavier que lhe dissera que o referido terreno não tinha dono. Passados três meses apareceu a Manuela que estava ausente em Portugal, a dizer que o terreno lhe pertencia e que pretende a destruição da referida casa pois o terreno estava avaliado em 2.000.000\$00 e a construção em 4.000.000\$00.